

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal da Tarde

Class.: 18

Data: 9 de setembro de 1980

Pg.: \_\_\_\_\_

### O culto das minorias e os índios brasileiros

Uma curiosa moda que consiste em cultuar as minorias, sem que se defina exatamente o que é isso, se espalha pelo mundo inteiro. Ao ponto de um psicólogo social, Serge Moscovici, já falar em uma era das minorias em substituição à era das massas. Os corais ideológicos entoam, em todas as partes, hinos aos chamados grupos minoritários, como se fossem uma espécie de novo proletariado, capaz de ocupar o lugar do operariado revolucionário de Marx e Lênin e dos estudantes da afluência e do lumpen revoltado de Marcuse.

O prestígio de certos grupos eleitos como minoritários é tanto, junto a uma certa audiência intelectual, aos meios de comunicação e aos próprios governos, que muitas de suas exigências, por mais absurdas que sejam, se tornam imperativos inescapáveis. No Brasil, a inteligência engajada cabocla descobriu, há algum tempo, que deveria cultivar os silvícolas, para instrumentalizá-los em suas próprias manobras ideológicas.

O culto aos índios, vistos como românticos anunciadores de uma civilização utópica da harmonia socialista, atingiu tal delírio ideológico entre nós que se tornou de péssimo tom, quase sinônimo de falta de educação e de bárbaro reacionarismo, lembrar que, por estarem no território brasileiro, são cidadãos legítimos do País. Ou seja, será considerado um feroz inimigo dos silvícolas quem tiver o mau gosto de lembrar que eles devem estar sujeitos, senão a todas, a pelo menos algumas das leis fundamentais vigentes no País, tais como aquelas que proíbem o assassinio em massa, do tipo que acaba de ser praticado por um grupo de índios caiapós no sul do Pará, onde mataram 20 pessoas (inclusive três mulheres e três crianças), ou as leis que vetam o armazenamento de armas com propósito bélico, como também está ocorrendo entre os mesmos caiapós.

A indústria da proteção dos silvícolas faz questão de distribuir propaganda em que acusa a sociedade brasileira de 1980, que despreza por ser capitalista, pelos erros e abusos cometidos pelos portugueses que aqui aportaram em 1500, em pleno regime feudal e colonialista europeu. Deveria examinar com mais objetividade o que se passa nas chamadas "terras indígenas", mesmo porque os cidadãos que perpetraram o massacre do sul do Pará nem chegam a ser exemplares típicos das civilizações pré-colombianas. Na verdade, são suficientemente civilizados para usar coloridos e modernos jeans como vestimentas, ostentar óculos fabricados pela indústria do capitalismo contemporâneo, passear em modernas bicicletas e, em vários casos, ir a Brasília fazer compras, dar entrevistas à imprensa, conferenciar com presidentes e ministros. Por que não serão suficientemente civilizados para sentir o peso da lei imposta a toda a nação capitalista, ou seja, a maioria que está fora do santuário indígena?

Na verdade, os 120 mil índios da região amazônica e Norte do País são os nossos maiores latifundiários. Privilegiados ao ponto de serem intocáveis pela lei dos brasileiros de 1980 e beneficiários de uma legislação cujo teor contido nas Disposições Transitórias da Emenda Constitucional nº1, de 1969, corresponde à decretação da abolição da propriedade privada — para os que estão fora dos santuários, é claro, pois os bem vestidos caiapós do sul do Pará decidiram fuzilar os colonos que cruzem os limites de suas regiões intocáveis.

Não consta que a instalação do socialismo selvagem e a abolição da propriedade privada nas terras onde haja índios ou por onde passaram índios impliquem, numa civilizada e ocidental sociedade em que vive a maioria capitalista, a abolição das leis que proíbem o assassinio em massa. A menos que tenhamos de aceitar em nossa legislação, desde já, as normas éticas almejadas pelas orquestras ideológicas e vigentes nos países comunistas, onde os assassinios em massa não chegam a ser crime grave, quando são exercidos em nome da ideologia dominante. Mas quem desejará o império de Stalin ou do Gulag para o Parque Nacional do Xingu? Talvez seja o caso de se tomar providências a fim de se evitarem mais mortes no sul do Pará, pois a responsabilidade do governo não cessa à porta do maior latifúndio nacional.

Os silvícolas nacionais, tão engajados, já realizaram inúmeros protestos, tais como as ruidosas críticas à abertura da estrada Culabá—Santarém, sob o pretexto de que cortava território indígena, violando os seus padrões específicos. Em breve, procurarão impedir que se pesquise petróleo na região amazônica — como já procuram impedir que se pesquise o urânio —, em nome sempre de uma idealizada "bondade natural" do silvícola e de seu meio ambiente impetrável. Não é preciso salientar o romantismo ideológico contido nessas propostas, que relegam o resto da sociedade brasileira, em plena crise econômica, à condição de culpada permanente pela defasagem cultural dos nossos índios.

Os bravos ideólogos da indústria do índio sonham com a República Comunista dos Guaranis ou, quem sabe, com a República Popular Txucarramãe. Infelizmente, para eles, não foram criadas ainda. Mas os nossos privilegiados silvícolas possuem uma legislação que não só lhes é favorável, como também dá total apoio às utopias socialistas, como no artigo 198 da Constituição Federal, parágrafo primeiro, onde se diz que "ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas". Ora, esse texto pode ser interpretado — e já houve casos em que o foi — como um veto à posse de qualquer terra que já foi ocupada, em qualquer

época, por índios. Assim, seria possível confiscar todas as terras de Copacabana ou Jacarepaguá, pois foram ocupadas pelos tamoiós.

Privilégio maior que esse, só a impunidade no assassinio.